

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS/BA

## SELEÇÃO SIMPLIFICADA DE ESTAGIÁRIOS - 2017

### **QUESTÕES OBJETIVAS:**

**1. Segundo dispõe o Código de Processo Civil, não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:**

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

III - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Apenas as alternativas I e III estão corretas;
- C) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- D) Apenas as alternativas I, e II estão corretas.

**2. De acordo com as disposições do Código de Processo Civil, o juiz poderá:**

I - Determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

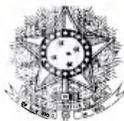
II - Dilatar os prazos processuais após o encerramento do prazo regular e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito, de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;

III - Determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso;

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Apenas as alternativas I e III estão corretas;
- C) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
- D) Apenas as alternativas I, e II estão corretas.

**3. Diz o art. 9º do CPC: “não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida”. De acordo com as previsões do Código de Processo Civil, é possível afirmar:**

- A) Não há hipótese que excepcione a referida disposição legal;
- B) Deve ser observada a referida disposição legal, ainda que as alegações de fato possam ser comprovadas documentalmente e haja tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, para resguardar o direito do réu;
- C) Não se aplica a referida disposição legal em quaisquer das hipóteses de tutela provisória de urgência e evidência;
- D) Excepciona-se a referida disposição quando, no caso de ação monitória, é evidente o direito do autor.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS/BA

**4. Acerca das disposições contidas no Código de Processo Civil, assinale 'V' para as alternativas verdadeiras e 'F' para as alternativas falsas:**

I) Salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos da decisão proferida pelo juízo incompetente até que outra seja proferida, se for o caso, pelo juízo competente.

II) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, ainda que haja pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação.

III) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

- A) VVF
- B) VFV
- C) FFV
- D) VFF

**5. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com as previsões legais do CPC:**

A) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo sem resolução do mérito;

B) A pessoa jurídica será representada em juízo por seus diretores, apenas quando inexistir disposição específica nos atos constitutivos;

C) Se o réu reconhecer a procedência do pedido e, simultaneamente, cumprir integralmente a prestação reconhecida, os honorários serão reduzidos pela metade.

D) Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.

**6. A respeito dos prazos processuais, prevê o Código de Processo Civil:**

I) Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;

II) Considera-se como data de publicação o dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico;

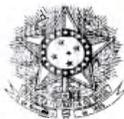
III) A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação;

IV) Os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, salvo se coincidirem com dia em que o expediente forense for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal. Em tal hipótese, os dias de início e término dos prazos serão protraídos para o primeiro dia útil seguinte, independentemente de portaria ou despacho do juiz.

- A) Todas as alternativas estão corretas;
- B) Apenas as alternativas I e III e IV estão corretas;
- C) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas;
- D) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.

**7. Assinale 'V' para as proposições verdadeiras e 'F' para as falsas, conforme o CPC:**

I) Alegando o réu, na contestação, ser parte ilegítima ou não ser o responsável pelo prejuízo invocado, o juiz facultará ao autor, a alteração da peça inicial para a substituição do réu;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS/BA

II) Quando alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu indicar o sujeito passivo da relação jurídica discutida sempre que tiver conhecimento;

III) Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

IV) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato impeditivo, modificativo ou extintivo do seu direito.

- A) Todas as alternativas são verdadeiras;
- B) Apenas as alternativas I, III e IV são verdadeiras;
- C) Apenas as alternativas I e II são verdadeiras;
- D) Apenas as alternativas I, II e III são verdadeiras.

**8. Com base nas disposições constitucionais, é possível afirmar sobre a estrutura do Poder Judiciário:**

A) A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa, apenas em primeiro grau, dos necessitados;

B) A AGU (Advocacia Geral da União) tem entre suas diversas funções, representar a União em execuções de dívida ativa de natureza tributária;

C) Cabe ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) julgar os magistrados por crimes de abuso de autoridade ou contra a administração pública.

D) O Ministério Público tem por função institucional exercer o controle externo da atividade policial.

**9. A respeito da Ação Popular é possível afirmar:**

I) Trata-se de instrumento que se destina a anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;

II) A ação popular só pode ser proposta de forma repressiva, sendo incabível sua proposição antes da consumação dos efeitos lesivos de ato contra o patrimônio público;

III) Trata-se de uma manifestação da soberania popular, cabendo apenas ao cidadão a legitimidade para propô-la;

- A) Todas as alternativas estão corretas.
- B) Apenas as alternativas II e III estão corretas.
- C) Apenas as alternativas I e III estão corretas
- D) Apenas as alternativas I e II estão corretas.

**10. Quanto à organização da administração pública, é correto afirmar:**

A) As agências reguladoras são autarquias em regime especial que possuem dentre suas funções as atividades de controle de uso de bens públicos e fomento de setores;

B) A administração indireta representa um conjunto de entidades administrativas de direito público ou privado subordinadas à administração direta, que atuam na prestação dos diversos serviços públicos;

C) A sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito privado, instituída pelo poder público, visando à exploração de atividade de natureza econômica ou execução de serviços públicos, a exemplo da Caixa Econômica Federal;

D) As empresas estatais, entidades da administração pública direta, se sujeitam às normas de direito público ou privado de acordo com a área de atuação.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS/BA

**11. De acordo com as normas que regem o Direito Penal, é possível afirmar:**

- A) O curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia.
- B) O indulto é um benefício concedido pela Presidência da República, em qualquer fase do processo penal, ao indivíduo preso que apresenta boa conduta carcerária.
- C) Os crimes plurissubsistentes são aqueles que admitem tentativa.
- D) A desistência voluntária apenas se configura quando o agente, voluntária e espontaneamente, desiste de prosseguir na execução do crime. Hipótese em que o agente só responde pelos atos já praticados.

**12. De acordo com o que estabelece a Lei 6.830/80, assinale a alternativa correta:**

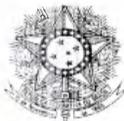
- I - A execução fiscal poderá ser promovida contra os sucessores, a qualquer título;
  - II – O despacho do juiz que deferir a inicial importa em ordem para citar o executado para pagar a dívida no prazo de cinco dias e penhorar seus bens, caso esta não seja paga a dívida nem seja garantida a execução.
  - III – Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição da Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta sem qualquer ônus para as partes.
  - IV – A dívida ativa da União, apurada e inscrita na Procuradoria da Fazenda Nacional, goza da presunção relativa de certeza e liquidez e pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado e até mesmo de terceiro, a quem aproveite.
- A) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
  - B) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
  - C) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
  - D) Todas as alternativas estão corretas.

**13. Sobre a citação no âmbito das execuções fiscais, assinale a alternativa incorreta:**

- A) A citação será feita pelo correio, com aviso de recebimento, se a Fazenda Pública não a requerer por outra forma e será considerada feita na data de entrega da carta no endereço do executado;
- B) A citação será feita, preferencialmente, por oficial de Justiça;
- C) O executado ausente do país será citado por edital;
- D) O despacho do juiz que ordenar a citação interrompe a prescrição.

**14. Com base na lei 9099/95, é correto afirmar:**

- A) Considera-se infração penal de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, desde que não haja cumulação de multa;
- B) Nos crimes abrangidos por esta lei, em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, quando do oferecimento da denúncia, estará obrigado a propor a suspensão do processo, sob pena de rejeição da denúncia;
- C) Na fase preliminar dos atos processuais criminais, é possível a composição dos danos civis, a qual será homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, com eficácia de título a ser executado no juízo cível competente.
- D) A competência do juizado criminal será determinada pelo lugar de domicílio do réu.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS/BA

**15. De acordo com as disposições contidas na Lei n. 10.259/2001, é correto afirmar:**

- A) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de quarenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.
- B) Não se inclui na competência do Juizado Especial Cível as causas para a anulação ou cancelamento de ato administrativo de qualquer natureza, em razão da complexidade probatória;
- C) Se o valor da execução ultrapassar a competência do Juizado Especial Federal, o pagamento será feito por meio de precatório, inexistindo previsão de renúncia do valor excedente a fim de se obter o pagamento do saldo sem o precatório.
- D) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor estabelecido para fins de competência do Juizado Especial Federal.

**16. Aos juízes federais, compete processar e julgar:**

I – As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II – Os crimes contra a organização do trabalho;

III – As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – Os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

- A) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- B) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- C) Apenas as alternativas I, II e IV estão corretas.
- D) Todas as alternativas estão corretas.

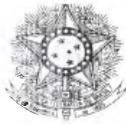
---

## **QUESTÕES DISCURSIVAS**

(limite de 10 linhas por questão)

**QUESTÃO 01)** Sr. Manoel foi à agência da Caixa Econômica Federal sacar sua aposentadoria quando percebeu que havia um desconto referente a um empréstimo consignado, realizado junto ao Banco Bradesco. Ao buscar maiores informações, tomou ciência que esse empréstimo fora consignado junto ao INSS, para fins de desconto do valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais), em 36 meses. Inconformado por não ter realizado este empréstimo, Sr. Manoel pediu para que você o orientasse sobre como proceder para regularizar esta situação. Diante dos fatos narrados, quais seriam as suas sugestões?

**QUESTÃO 02)** Recebida a petição inicial de uma ação ordinária ajuizada perante o juízo cível da Justiça Federal, quais os requisitos essenciais deverão ser verificados pelo magistrado, quando da análise inicial da demanda?



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BARREIRAS/BA

P

A

S

C

U

N

H

O